



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

**APRECIÇÕES ENTRE A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E DO
CATIVEIRO E ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA**

RAFAEL DE LIMA BILIO

ORIENTADORA: Antonia Barbosa Píncano

Rio de Janeiro
2005

o orientador do trabalho
RAFAEL DE LIMA BILIO
Agradeço a todos os que
contribuíram para a realização
desta obra.
Em especial, agradeço ao meu
orientador, Prof. Dr. Antonio
Barbosa Pincano, pela
orientação e incentivo durante
todo o processo de elaboração
desta monografia.

APRECIÇÕES ENTRE A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E DO CATIVEIRO E ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da
Escola de Educação do Centro de Ciências Humanas
da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
(UNIRIO), como requisito para obtenção do grau de
Licenciatura em Pedagogia, orientado pela Profª Ms.
Antonia Barbosa Pincano.

Rio de Janeiro
2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

ESCOLA DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PEDAGOGIA

DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA

DISCIPLINA: MONOGRAFIA II

PROFESSORA: LÍGIA MARTHA COIMBRA DA COSTA COELHO

REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROF.^a Ms. MALVINA TANIA TUTTMAN

DECANO DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

PROF. LUÍS CLEBER GAQUE

DIRETORA DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO

PROF.^a JANAINA SPECHT DA SILVA MENEZES

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA

PROF. CARMEM DIOLINDA SANCHES SAMPAIO

ORIENTADORA

ANTONIA BARBOSA PINCANO

RESUMO: Este estudo tem por objetivo apresentar uma análise sobre a relação da Economia Popular Solidária de Paul Singer, Sonia Kruppa, Armando de Melo Lisboa e Marcos Arruda e a Teologia da Libertação e do Cativo de Leonardo Boff, estimulando assim, refletir sobre a construção de um novo *ethos*. O estudo enfatiza que a relação da Economia Solidária com a Teologia da Libertação tem na educação o caminho para o sujeito tornar-se ator de sua existência e desenvolvimento, num sentimento de cooperação e solidariedade com os outros seres humanos. Os procedimentos utilizados foram realizados através de um estudo bibliográfico qualitativo para análise dos objetivos propostos. Este ensaio insere-se numa abordagem para educação voltada à uma *práxis* libertadora das coletividades humanas.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Solidária; *Ethos*; Cuidado; Teologia da Libertação.

SUMÁRIO

1. Introdução	06
2. Metodologia	08
3. Revisão Bibliográfica	09
3.1. Apreciações Iniciais sobre Nova Consciência Histórica	09
3.2. Sobre a criatividade humana	11
3.3. A convivialidade e a produção social do suficiente	13
3.4. Por uma Superação do Capital	15
3.5. A Estrutura de Libertação e o Arranjo Vital	18
3.6. A educação e a lógica do capital	20
3.7. A Economia Solidária e os desafios pedagógicos	24
3.8. A Economia Solidária e uma nova proposta educacional	26
3.9. As subjetividades da Economia Solidária e da Teologia da Libertação	29
3.10. O modo – de - ser – cuidado	30
3.11. A importância da Espiritualidade	32
3.12. A construção de um novo ethos	33
4. Considerações Finais	37
5. Referências Bibliográficas	40
6. Anexos.....	42

1. INTRODUÇÃO

O sentido do termo solidariedade que temos trabalhado, não se mescla ao paternalismo, caridade ou filantropia, mas sim, com comprometimento do trabalho coletivo, cooperativo, comunitário, comprometimento este que perpassa por uma nova ética nas relações humanas, nova ética nas relações de trabalho, econômicas e comerciais. (CORREIA, 1998, p.03)

Durante o período de discência e participação no II, III e V Fórum Social Mundial pude constatar e deparar uma grande descrença e descontentamento com o sistema econômico vigente e uma realidade de situações com a qual a população convive.

Nos últimos anos percebemos o ser humano modificado e seus desejos são mercantilizados em todas as esferas do mercado. A exploração do trabalho e dos recursos naturais nos levaram a plasmar "o caminho único ou a única via" onde o fundamentalismo neoliberal é centrado no capital.

A alienação que este capitalismo propõe nega todo o desenvolvimento do pensamento abrangente produzido pela humanidade e esse caminho único, é apenas mais uma falácia de um totalitarismo decadente, deprimente, corroído e em seu final derradeiro.

O tema proposto reflete sobre os valores apagados pelo capitalismo e a construção de uma nova ética e de uma nova responsabilidade de todos para o futuro da nossa casa comum (Terra).

Daí surgiram as QUESTÕES NORTEADORAS deste estudo: É possível uma economia que torne as relações sociais mais igualitárias, capaz de centrar seu objetivo não no lucro mas no ser humano?

Podemos vislumbrar uma economia que traga de volta o conceito de solidariedade dentro do atual sistema econômico vigente no país?

O OBJETO deste estudo foi o levantamento, delimitação e análise de bibliografia sobre Economia Popular Solidária (Paul Singer, Sonia Kruppa, Armando de Melo Lisboa e Marcos

Arruda) e a Teologia da Libertação segundo Leonardo Boff e sua relação com a dimensão do cuidado.

2. METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica foi complementada com a participação na qualidade de ouvinte no II, III e V Fórum Social Mundial a fim de contemplar os objetivos do presente estudo.

Os artigos selecionados foram incluídos segundo tais critérios: periódicos nacionais publicados em português, pesquisa em Internet, pesquisa na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e Centro Cultural Banco do Brasil.

Por fim, os dados coletados foram ordenados por aproximação de idéias, sendo então, agrupados em categorias de análise visando relacionar a Economia Popular Solidária com a Teologia da Libertação de Leonardo Boff.

3. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

3. 1. *Apreciações Iniciais sobre Nova Consciência Histórica*

Pobreza e riqueza são geradas dentro de um certo tipo de relacionamento entre as pessoas na mediação dos bens materiais. Pobreza e riqueza possuem uma relação dialética; se implicam mutuamente...Há uma riqueza que se constitui fazendo outros pobres, debulhando-os, tirando-lhes a dignidade, roubando-lhe os bens e com isso privando-os das condições materiais para serem dignamente homens. A pobreza denuncia a presença de injustiça e a existência de uma riqueza desonesta. (BOFF, L., 1980, p.236)

As mudanças nas relações de trabalho e nas tecnologias de produção levaram à exclusão¹ de trabalhadores que são a grande maioria da força de trabalho no mundo.

Acompanhando essa "tendência" da reserva de mão de obra, o Brasil apresenta uma taxa de desemprego acima de 10%. A pressão aumenta com a chegada, a cada ano, de mais de um milhão de jovens no mercado de trabalho e também com a crescente participação feminina no mesmo. Com essas perspectivas, ou talvez a falta delas, onde iremos parar?

As quinhentas maiores empresas do mundo faturaram, em 2001, quatorze trilhões de dólares, 41% do PIB mundial. Mais de 20% da população mundial – mais de 1,2 bilhões de habitantes – vivem com menos de US\$ 1,00/dia. Vinte por cento (20%) da população mais rica consome 86% dos recursos naturais enquanto 20% da população mais pobre consome 1,3%. Um bilhão de habitantes vivem sem água potável e 2,4 bilhões carecem de saneamento básico².

¹ Segundo MARTINS, Souza apud LISBOA ninguém se encontra totalmente excluído (somente os mortos, e ainda assim apenas após uma lenta morte simbólica) o que existe são processos precários de inclusão. O abuso retórico da expressão "exclusão" ignora e retrocede aquém de Perlman ("O mito da marginalidade". Paz e Terra, 1997) e toda a sólida literatura latino americana sobre a marginalidade, que já demonstram a funcionalidade da pobreza. Entretanto, este conceito tem o mérito de apontar para a ampliação da pobreza contemporânea e as novas formas de desigualdade social que reduzem decisivamente as formas e a esperança de mobilidade social, desvelando uma lógica econômica - social de fragmentação, que ao invés de integrar polariza e diferencia os seres humanos.

²Na busca de lucratividade, as empresas capitalistas transnacionais exploram e precarizam a vida do trabalhador, agredem a natureza, promovem a guerra em diferentes regiões do mundo, enganam o consumidor com produtos que se tornam descartáveis e obsoletos rapidamente, desrespeitam as diferenças culturais e constroem um imaginário no qual "ser feliz" passa pela satisfação imediata do desejo de consumir. O poder dessas empresas viabiliza-se pelo consumo de bens e serviços. Em função disso, os segmentos que atuam no campo da Economia Solidária propõem o boicote sistemático às empresas transnacionais. A economia Solidária reivindica que a cidadania autônoma deve começar pela participação e o controle social sobre os mecanismos de produção e distribuição de riquezas. (Dados do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2004)

Esses dados revelam o sistema de dependência que é interiorizado dentro dos países em desenvolvimento, pelas grandes empresas multinacionais. Esta condição está representada pela distância cada vez maior entre os mais ricos e os mais pobres, e pela degradação das condições de vida da maior parcela da população mundial.

No momento em que o liberalismo entra em crise, desvela-se como movimento alternativo a Economia Solidária cuja base é a cooperação, a solidariedade, a participação, a valorização do ser humano e do meio ambiente.

Leonardo Boff (1980) relata que a linguagem da libertação articula uma nova ótica pela qual se interpreta a história humana no seu presente e no seu passado, que implica a entronização de um novo estado de consciência. Esse novo estado de consciência é elaborado a partir de uma reflexão sócio-analítica que começa agora a ser refletida, criticada e tematizada.

A libertação veicula um valor ético e propõe-se a recuperar a liberdade perdida ou conquistá-la. Essa recuperação ou conquista se instaura como processo de desprendimento da dependência e da liberdade para construção de uma convivência menos opressora e injusta. (Ibidem)

A categoria Libertação implica numa recusa global do sistema desenvolvimentista e numa denúncia de sua estrutura subjugadora. Essa categoria necessita romper com a rede de dependências. A ruptura não se faz sem o conflito. O conflito começa com o desmascaramento ideológico, mantenedor do estado de subdesenvolvimento, com uma análise sócio-analítica que trás a luz os mecanismos de dependência e dominação. (Ibidem.)

3.2. Sobre a criatividade humana

O conhecimento humano, a criatividade e a energia aplicados no trabalho são os criadores da riqueza. Em sociedades complexas como a nossa, a riqueza é o produto do trabalho de muitos: chamamo-lo trabalho social, ou trabalho do indivíduo social". (ARRUDA, M., 2000, p.166)

O mundo do trabalho impõe novas exigências aos trabalhadores, o que implica em adaptações de ritmo acelerado, em versatilidade e criatividade permanente, assim como possibilidades de respostas que desafiam, de forma quase desumana, a inteligência e a aprendizagem.

Qual seria o "novo perfil" do trabalhador? Quais seriam as implicações que estas exigências propõem para a relação trabalho-trabalhador, educação-trabalho?

Estas reflexões podem provocar desconfortos, apreensões e talvez frágeis soluções, mas, por outro lado, também produzem indagações instigantes e diversificadas análises, possibilitando-nos a continuar esperançosos e confiantes de que a reconstrução de um outro mundo é possível.

A reconstrução envolve uma proposta coletiva vinculada essencialmente à qualidade de vida e do trabalho como direitos substantivos. Superar a desumanização do trabalhador e do trabalho, e "desmontar" práticas e processos produtivos alienadores é tarefa urgente e imprescindível.

O autor Domenico De Masi (2000,2003) ressalta, por exemplo, que a substituição do trabalho braçal e mecânico pela criatividade e pela tecnologia possibilitará, ao trabalhador, a utilização do tempo de forma inteligente e construtiva, o que contribuirá para o aumento da produção apesar da redução da jornada de trabalho. As análises deste estudioso enfatizam que criatividade é a base de tudo.

Entretanto, *a criatividade será mera substituição se outros elementos não forem considerados*. Ela pressupõe liberdade, oportunidade e solidariedade. Cada trabalhador pode revelar criatividade no contexto em que está situado, possibilitando o surgimento de

oportunidades criativas. Nesse sentido vale acrescentar que, o que está em jogo no processo criativo é a possibilidade de desenvolvermo-nos como seres humanos, continuamente, sem açodamentos, dentro da própria sociedade.

Entretanto, percebemos freqüentemente que as idéias se transformam em patentes e as patentes se transformam em negócios. Assim alguns estudiosos denunciam que há países, que com sua hegemonia, procuram ter o monopólio da produção de idéias.

Por outro lado, há países que utilizam seus planos para produzir materiais de baixo conteúdo econômico e geradores de pouca riqueza.

Ao lado dos países produtores de idéias (os países hegemônicos) e dos países produtores de bens materiais (os países em desenvolvimento) está o terceiro mundo³. Este produz matérias-primas e mão de obra de baixo custo e que trocam seus bens pela sobrevivência. Dai, a subordinação política, as bases militares, a mão de obra, as matérias-primas cedidas em troca de ajudas cada vez mais desorganizadas e cada vez mais criminosas.

Nesse panorama, a criatividade de trabalhadores torna necessária a convivência de trabalhadores imaginativos com trabalhadores realistas. Estas personalidades, quando reunidas, podem dar vida a uma criatividade coletiva. Essa criatividade coletiva é o que os países hegemônicos procuram controlar.

A criatividade é de fato, inerente ao ser humano, mas não pode ter, como único objetivo produzir privilégios. Mesmo com os avanços generalizados, há necessidade de emergir um novo paradigma e um novo uso dessa criatividade.

³ A expressão é de Alfred Sauvy, demógrafo francês que a empregou pela primeira vez no início dos anos 50, escolhendo-a para título de um livro dirigido por Georges Balandier, do qual escreveu o prefácio. Rapidamente foi adotada pelo discurso intelectual mundial. Seu mérito foi o de lembrar a existência de uma vasta zona do planeta em relação à qual se discutia a "atitude dos Estados Unidos e União Soviética. Em 1945, a metade da Ásia, a quase totalidade da África, bem como o Caribe e a Oceania permaneciam colônias. Sem falar nos países "sem i - colonizados".

3.3. *A convivialidade e a produção social do suficiente*

Quando esse advento bem-aventurado ocorrer, ter-se-á inaugurado o novo milênio como a vigência de um novo paradigma de civilização, mais propício à vida, na justiça e na fraternidade entre todos. (BOFF, L., 2004, p. 126)

Não é enganoso afirmar que há um processo irresponsável de depredação do meio ambiente. Tal processo pode resultar na devastação da Terra. Nesse sentido a convivialidade (ibidem) é também uma resposta à crise porque passa o nosso Planeta, nossa casa,

ou nos mostramos hospitaleiros uns para com os outros e aprendemos a con-viver como aliados numa causa comum, comendo da mesma mesa, ou podemos nos comportar como inimigos e ir ao encontro de conflitos devastadores como jamais vistos na face da Terra. (BOFF, 2005, p. 33).

Leonardo Boff (2004) enfatiza em suas reflexões que a produção industrial vigente não combina com a fantasia e a criatividade dos trabalhadores. Deles só se quer utilizar a força de trabalho manual ou intelectual. Quando a produção industrial incentiva a criatividade é em vista da qualidade total do produto que beneficia mais a empresa do que o trabalhador. Hoje toma-se consciência desta distorção e se confronta diretamente com a desumanização da sociedade industrial.

Nesse panorama, é preciso emergir a convivialidade, que é a capacidade de fazer conviver as dimensões de produção e de cuidado⁴; de tudo o que produzimos, usando a criatividade, a liberdade e a fantasia, a aptidão para manter o equilíbrio entre a sociedade e a natureza, reforçando o sentido de co-responsabilidade.

A convivialidade é também uma resposta à crise ecológica que o processo irresponsável de depredação do meio ambiente pode resultar na devastação da Terra. É necessário definir um uso convivial dos instrumentos tecnológicos para estarem a serviço da preservação do planeta, do bem estar da humanidade, da reconstrução da sociedade mundial sobre a base do cuidado.

⁴ O cuidado entendido como a atitude de desvelo, de solicitude e de atenção para com o outro. (Tal conceito será aprofundado no tópico 7: Modo – de – ser cuidado)

Essa mudança proporcionará uma produção convivial, pois garantirá o suficiente para atender às necessidades humanas e o adequado para realizar projetos solidários. Esta postulação é assumida pela Teologia da Libertação e a Economia Solidária cuja proposta é a de que os trabalhadores (entendidos como aqueles que vivem predominantemente do seu trabalho, e não de rendimentos de capital, que afinal é produzido pelo trabalho de outros) sejam, ao mesmo tempo, produtores e consumidores.

Os seres humanos tem o poder de definir e gerar suas próprias necessidades. Definir estas necessidades de forma diferente da que nos impõe o sistema capitalista, com o seu crescimento material ilimitado, para uma produção social do suficiente, para todos os humanos e para os demais seres da Terra. O sistema capitalista provoca distorções profundamente anti-sociais produzindo não em função das necessidades humanas, mas em função das demandas do próprio mercado.

Então, a adoção da “produção social do suficiente” permite liberar-nos do excesso de posses materiais e de harmonizar nossas sociedades de forma sustentável com as gerações que virão e com o meio ambiente.

3.4. *Por uma Superação do Capital*

Capital é um termo que em geral significa duas coisas: bens produtivos (fábricas, equipamento, terra e também dinheiro e finança) e relações de produção, cujo núcleo central é a relação entre capital e trabalho. (ARRUDA, M., 2000, p. 160)

Hoje vivemos o perigo da autodestruição da sociedade pelo poder do capital, da lógica do capital, das imposições objetivas do capital. A irracionalidade do sistema é tão grande que, se não tivermos cuidado, se não tivermos uma alternativa para controlar todos os aspectos da vida moderna, num futuro muito próximo não estaremos mais vivendo na nossa casa comum que é a Terra. O sistema capitalista vem provocando o crescimento de populações miseráveis e recriando graves desigualdades sociais.

Para encaminharmos alternativas de superação, faz-se necessário criticar as formas de realização do capital. Podemos afirmar, sem inseguranças, que os problemas acarretados trazem perplexidades em face à instabilidade e incerteza provocadas. A título de exemplo, poderíamos citar: a exclusão de grande número de cidadãos/as alijados do mercado de trabalho; a alienação no trabalho; a divisão entre trabalho manual/trabalho intelectual; a precariedade dos contratos de trabalho.

Para compreender o processo de realização do capital, é preciso entender que a troca de produtos, dos diferentes trabalhos privados na sociedade capitalista, é condição necessária para a subsistência de todos, e esse produto a ser trocado, resultante do trabalho, denomina-se mercadoria.

Na obra de Marx, *O capital*, a mercadoria é concebida, como uma coisa ou um objeto que satisfaz uma necessidade qualquer do homem, como uma coisa que se pode trocar por outra. A utilidade de uma coisa faz dela um *valor de uso*, isto é, ela tem uma utilidade específica para o seu consumidor.

Se eu trocar, por exemplo, duas mesas por um casaco, porque sou marceneiro e só produzo mesas, mas preciso de um casaco para enfrentar o frio, estarei equiparando o produto do meu trabalho com o marceneiro - isto é, duas mesas - ao casaco que desejo comprar. (CATANI, A.M, 1980, p.16)

Conseqüentemente, pode-se afirmar que as mercadorias se diferenciam uma das outras pelo seu valor de uso, uma vez que a cada necessidade específica corresponde uma mercadoria com características específicas. Por sua vez, o valor de troca (ou simplesmente *valor*) poderia ser caracterizado como sendo a relação ou a proporção na troca de um certo número de valores de uso de uma espécie contra um certo número de valores de uso de outra espécie.

Todavia, o marceneiro, como qualquer outro homem, tem mais algumas necessidades adicionais, precisa de mais coisas além do simples casaco. Suponha-se então, que com suas duas mesas pudesse adquirir também quinhentos quilos de batatas, ou três pares de sapatos, ou cinco garrafas de aguardente, ou vinte metros de tecido de algodão, ou dez gramas de ouro. (CATANI, A. M., 1980, p.19)

Por outro lado, István Meszáros (2002) revela que não interessa ao capital a forma como os bens produzidos são usados pelo homem. O domínio do valor de uso pelo valor de troca é tão alto que, para o capital, basta produzir bens de valor de troca e continuar com a produção de outros bens de valores de troca. Não é preciso usar os bens. Em princípio, depois que alguns bens são vendidos, o processo de realização do capital já se estabeleceu.

Supondo-se que sejam trocadas duas mesas por um casaco (02 mesas= 01casaco) e que para se produzir uma mesa é necessária uma hora de trabalho (humano abstrato), nesse caso a quantidade de valor existente em duas mesas seria exatamente de duas horas. A confecção de casaco leva duas vezes mais tempo que a de uma mesa, isto é, duas horas, donde se pode concluir que o valor de uma mercadoria aumenta proporcionalmente à quantidade de tempo necessária à sua produção. (CATANI, A. M., 1980, p.17 - 18)

As mercadorias têm que ser consideradas de um duplo ponto de vista, como valores de uso, por um lado, e como valores, por outro. Essa dualidade de pontos de vista resulta do caráter duplo da própria mercadoria: o seu valor de uso e o seu valor de troca (ou apenas valor). O valor é resultado de trabalho humano abstrato, de trabalho em geral, e é este trabalho, o denominador comum de todas as mercadorias que permite compará-las e trocá-las em determinadas proporções.

Dessa forma, o capital permanece sempre no controle social. Esse é o desafio, ou seja, o alvo da transformação só pode estar além do capital, contra o capital, erradicar o capital e colocar algo positivo em seu lugar.

Então, para superar o modo de produção capitalista apresenta-se a Economia Solidária (SINGER, 2000), para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção na base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista.

Se a Economia Solidária se consolidar e atingir dimensões significativas, ela se tornará competidora do grande capital em diversos mercados. O que poderá recolocar a competição sistêmica, ou seja, a competição entre um modo de produção movido pela concorrência intercapitalista e outro movido pela cooperação entre unidades produtivas de diferentes espécies contratualmente ligadas por laços de solidariedade.

Por isso, problemas fundamentais da sociedade precisam ser solucionados, porque não basta produzir bens materiais também é preciso propiciar condições para a transformação das pessoas.

3.5. A Estrutura de Libertação e o Arranjo Vital

O homem cria para si um arranjo vital (político, econômico, filosófico, religioso, entre outros). Como toda concretização, move-se dentro de coordenadas e limites, e realiza as possibilidades reais que se dão dentro deste arranjo. O homem e a sociedade só vivem na medida em que criam uma *circun - stância*. Esta de alguma maneira cerca e aprisiona o homem (*circun*), mas lhe permite viver e estar (*stância*) como senhor dentro de um mundo domesticado e familiarizado por ele através do pensamento, do trabalho, da cultura e da convivência, entre outros. Embora não possa viver sem sua *circun - stância*, ele, contudo surge sempre maior do que qualquer circunstância dada ... Dentro da *circun - stância* cria para si o espaço de sua liberdade concreta," (BOFF, 1980, p. 21-22)

A estrutura de libertação e o arranjo vital são importantes porque indicam que a libertação das coletividades humanas vai mais além da superação da dependência econômica social e política. Consiste, mais profundamente em ver o devir da humanidade como um processo de emancipação do homem ao longo da história, orientado para uma sociedade qualitativamente diferente, na qual o homem se vê livre de toda servidão sendo o "autor" de seu destino.

Para Leonardo Boff (1980) a estrutura de libertação existe em concreções políticas, sociais, ideológicas, entre outros.

O processo que deriva da negação da abertura ilimitada consiste em oprimir, escravizar e manter o sujeito numa dependência subjugadora. Por outro lado, preservando-se constantemente essa abertura não significa que acabará a dependência subjugadora, mas consiste na realização do sujeito, de tomar consciência de sua dependência e dar-lhe o "papel principal" do espetáculo de sua libertação e superação de sua *circun - stância*.

Quando o homem ou a sociedade (possuem a mesma estrutura radical) Se dão conta do limite e que as possibilidades do arranjo vital e social se exauriram, começa então a se fazer sentir com mais premência a urgência da superação. Esta pode se articular em termos de reforma, quando ainda o arranjo permite correção e aperfeiçoamento interno. Ou como revolução, quando se contesta a globalidade da *circun - stância* e se postula uma nova. (BOFF, L., 1980, p.22).

Quando o arranjo vital quer perpetuar-se e utiliza todas as suas forças para se manter, então, surge a repressão, a opressão e a dependência. Diante desse arranjo vital opressor aparece a libertação como processo de independência dessa *circun - stância*, provocando sua ruptura e promovendo sua superação. O arranjo é sempre esse confronto dialético entre uma *circun - stância* limitada e abertura ilimitada. Esse confronto dialético será sempre indefinido

e dentro do arranjo vital esconde-se um conflito insuperável que é a energia primordial do processo libertador.

3.6. *A educação e a lógica do capital*

A razão é chamada à indigna função de legitimar ideologicamente uma sociedade inumana e de criar no homem falsas necessidades para serem insatisfeitas com grande lucro de alguns, recalçando as verdadeiras necessidades de liberdade e de participação. (BOFF, L., 1980, p. 114)

A educação, no decurso de sua história, tem sido vinculada a um horizonte em que cidadãos/cidadãs devem ser educados para “adquirir habilidades, somar conteúdos/conhecimentos, instrumentalizar-se”. Constatamos freqüentemente nos discursos de alguns estudiosos neoliberais que nada, ou muito pouco se pode fazer, contra a realidade social porque é esta realidade que parece ser vista como natural, só havendo uma saída que é a de nos adaptarmos. O treino técnico, por exemplo, seria então indispensável ^{DE} à adaptação dos alunos, buscando garantir a sua sobrevivência.

Para Kruppa (2005), a escola mantém uma grande distância da realidade atualmente, e sua função é de “alimentar a grande produção capitalista” com seres humanos submissos e sem capacidade crítica.

A escola está encarcerada no mundo de ilusões que o capitalismo criou porque a visão de mundo é muito feia, obscura, degradante com seus grandes exércitos de reserva de mão-de-obra e os seus bilhões de “sobrantes” que morrem de fome. Por isso, é melhor ocultar, disfarçar, essa reprodução da ordem que interessa ao sistema capitalista. É uma ordem baseada na competição e no individualismo onde só sobrevive o mais forte e o mais apto.

O distanciamento entre a escola e a realidade foi sendo efetivada com “enorme sucesso” no século XX, resultando na separação entre o tempo de conhecer (teórico) e o tempo de agir (prático). O resultado dessa separação do teórico, que tem por embasamento determinada apreensão do real, que conduz a prática, é a reprodução da visão conservadora do real.

A escola e outras instituições produzem uma idéia coletiva de que as mudanças são lentas e difíceis, onde é preciso paciência para romper o arranjo vital. Na escola, há ainda um controle das interações que é exercido individualmente sendo um forte aparato de opressão

que define as possibilidades de formação dessas interações. O controle das interações dificulta a sociabilidade, a formação de espaços coletivos não previstos. Sendo assim, a escola ajuda a disciplinar os "futuros" trabalhadores das empresas capitalistas.

O distanciamento da escola faz com que o trabalhador não tenha chance de conhecer e nomear o processo produtivo do qual faz parte na empresa capitalista. A escola apagou importantes fatores da condição humana, como por exemplo, a fala e o ato de nomear. No sistema capitalista, a educação é vista como mera capacitação do ser humano. Assim, a idéia de instruir o cidadão/a visa ao aumento da produção. E para isto, o trabalhador deve ser "treinado/adestrado" por ser identificado como recurso para expansão da produção. Quando se quer adestrar ou treinar o trabalhador em determinada função, a reflexão que parece subjacente é a de que esse ser humano é considerado um recurso.

Outra idéia a ser desenvolvida é de que a escola é guiada pela competição que valoriza o individualismo e capacita os alunos para tornarem-se produtivos em suas respectivas funções.

A teoria econômica que reforça os valores da competição e da análise individual é a de tradição "marginalista". Essa teoria considera que o indivíduo age movido por seus desejos e necessidades, com capacidade natural de fazer cálculo subjetivo de custo e benefícios em relação a cada oportunidade de trabalho que lhe é oferecida e guiado sempre pela expectativa de lucro. Essa concepção retoma a Teoria do Capital Humano de THEODORE W. SHULTZ e GARY BACKER que, baseados nos mesmos princípios da Teoria Marginalista ficaram famosos nos anos 50 e 60. Esses autores, analisando o crescimento econômico dos países desenvolvidos, afirmaram a existência de um capital não - material, distinguindo, como modalidades, o capital físico e o capital humano e considerando o investimento em capital humano um dos fatores explicativos para o crescimento vultoso que criou a sociedade de abundância no pós-guerra. Por essa teoria, ao longo do século XX, especialmente os trabalhadores transformaram-se em capitalistas de si próprios, ao investirem e/ou procurarem aumentar sua escolaridade e/ou competência para produzir, com maior eficiência e produtividade, obtendo com isso maiores ganhos, num tempo relativamente curto. Por essa teoria, escolaridade vira investimento, ser humano vira capital, que pode e deve ser ampliado não apenas de forma quantitativa, mas também qualitativa, pela agregação de valores de produtividade que cada um deve buscar para si próprio. (KRUPPA , 2005, p. 24-25)

A Teoria do Capital Humano objetiva difundir a idéia de que todos os cidadãos/as tem possibilidade de fazer opções de acordo com seus ideais. Propõe também que as diferenças de distribuição de renda e desigualdades sociais são responsabilidade de cada pessoa.

Assim, a partir dos anos 90, difunde-se a idéia de que cada um é responsável pela obtenção dos requisitos para sua empregabilidade.

Diante da Teoria do Capital Humano, a tríade escolaridade - emprego - renda, que é o ponto crucial da explicação do crescimento econômico, passou a ser o modelo de como deve ser o desenvolvimento e a educação. Passou a ser adotada por organismos internacionais que financiam ajudas aos países em desenvolvimento e seus conceitos foram internalizados (quanto mais anos de estudo, maior a facilidade de conseguir emprego e aumentar a renda) nos currículos escolares. Os organismos internacionais, com seus financiamentos, influenciam primeiramente, em determinadas formações técnicas para depois agir na educação básica.

Dessa forma, a escola não questiona as desigualdades, mas passa a ser responsável por essas que são produzidas pelo sistema capitalista. A justificativa dada pela ausência ou pelo pouco tempo de permanência de parte da população no sistema educacional, portanto, "válida" essa lógica irracional da Teoria do Capital Humano porque ela não considera a desigualdade econômica, social e o fato de que as oportunidades não são iguais para todos.

A desconstrução teórica da Teoria do Capital Humano se faz essencial para eliminar o prestígio que desfruta no mundo do trabalho especificamente no que se referem a conceitos de "polivalência"(aumento da produtividade através do desempenho de várias funções reduzindo custos), "capital pessoal"(investimento educacional como responsável do indivíduo)

O aumento da qualificação não induz os capitais a ampliar a demanda por força de trabalho, pois esta depende basicamente do crescimento dos mercados em que as empresas vendem seus produtos (SINGER, P., 2000, p. 199).

Procurando refutar ainda mais essa teoria temos o seguinte dado:

A escolaridade da população brasileira aumentou ao longo de todo o século XX. A última década desse século universalizou o ensino fundamental para os considerados em idade certa. Mesmo as matrículas no ensino médio mas do que dobraram e o atendimento no ensino superior teve um crescimento cerca de 100%, nesse período. (KRUPPA, 2005, p. 25)

Apesar da publicação de todos os dados referentes ao aumento da escolaridade da população, o país continua com uma alta taxa de desemprego sendo também um dos países campeões de desigualdade social.⁵

A explicação para essas contradições é que a educação não é o mais importante e determinante fator da desigualdade de renda. Esse fator é explicado pela acumulação de capital seja ele herdado ou acumulado através de lucros que permitem a criação desse fosso econômico.

⁵ Somente as famílias ricas, por exemplo, dobraram quantitativamente a partir de 1980 no país... Quando se analisa o seletivo grupo dos endinheirados, descobre-se, por exemplo, que cerca de 40% dos ricos chegam a essa confortável situação por meio da herança patrimonial. Em outras palavras, as grandes fortunas do Brasil não são mais ganhas por dispêndios de esforços úteis à nação, mas por resultado da simples condição privilegiada de proprietários hereditários, (POCHMANN, M. 2005)

3.7. A Economia Solidária e os desafios pedagógicos

Não foi a luta pela sobrevivência do mais forte que garantiu a persistência da vida e dos indivíduos até os dias de hoje, mas a cooperação e a coexistência entre eles. Os homínidos, de milhões de anos atrás, passaram a ser humanos na medida em que mais e mais partilhavam entre si os resultados da coleta e da caça e compartilhavam seus afetos. A própria linguagem que caracteriza o ser humano surgiu no interior deste dinamismo de amor e de partilha. (BOFF, L. 2004, p. 111)

Segundo Paul Singer (2005), no modo de produção capitalista, as pessoas estão acostumadas a reservarem a solidariedade apenas aos familiares, amigos e pessoas mais próximas porque foram educadas com a visão de que a solidariedade deve ficar restrita ao campo familiar e de amizades.

No plano econômico, a solidariedade dá lugar a um individualismo onde cada um quer afirmar seus interesses individuais, e o interesse do outro é visto como contraditório ao seu. Essa afirmação de interesses individuais resulta de uma lógica absurda onde o ganho de algumas pessoas corresponde à perda de outras.

Leonardo Boff cita o biólogo chileno Humberto Maturana que fala sobre a competição:

A competição, enfatiza Maturana, é anti-social, hoje e outrora, porque implica a negação do outro, a recusa da partilha e do amor. A sociedade moderna neoliberal, especialmente o mercado, se assenta na competição. Por isso é excludente, inumana e faz tantas vítimas. Essa lógica impede que seja portadora de felicidade e de futuro para a humanidade e para a Terra. (BOFF, L. 2004, p.111)

Diante dessa problemática, a Economia Solidária propõe a prática da solidariedade no plano econômico e a cooperação, sendo o elemento fundamental entre as pessoas no sentido de que quando cooperamos ao mesmo tempo nos completamos.

A prática da Economia Solidária aponta a necessidade de uma reeducação coletiva de todos os participantes que vivem a mudança do modo competitivo ao cooperativo de produção e distribuição. A reeducação coletiva vai permitir desconstruir certos conceitos ideológicos do capitalismo e propor a construção de uma nova visão, onde um outro plano econômico pode funcionar através do relacionamento cooperativo entre os participantes. E esse é um dos desafios pedagógicos da economia solidária, porque o comportamento econômico solidário só existe quando é recíproco e esse aprendizado se dá com a teoria e a prática. Esse

comportamento é uma grande variedade de práticas de ajuda mútua e de decisões coletivas onde essas práticas e esse novo modo de vida vão propiciar aos participantes a aprendizagem do verdadeiro sentido da Economia Solidária que é a solidariedade⁶ em todas as esferas do cotidiano.

A pedagogia da Economia Solidária deve tornar enriquecedor o sentimento que surge dessa prática solidária e criar situações onde a reciprocidade surge espontaneamente. Dessa forma, a pedagogia da Economia Solidária deve ter em seu horizonte, desde o início da formação dos participantes, a possibilidade de que estes possam em situações cotidianas adotarem comportamentos de ajuda mútua.

Assim, os não detentores de capital, assalariados, entre outros trabalhadores, associam-se em empreendimentos solidários espontaneamente para realizarem atividades econômicas coletivas. A maior parte desses empreendimentos solidários envolvem pessoas excluídas, não - capitalistas que, em algumas situações foram afastados da gestão das empresas capitalistas, não estão preparadas para a gestão de seus empreendimentos solidários. A partir dessa adesão dos trabalhadores com a Economia Solidária é que a tarefa pedagógica é urgente porque eles precisam aprender pela teoria/prática como fazer o seu empreendimento solidário sobreviver economicamente. O aprendizado, dessa forma, deve dar elementos subjetivos (auto - estima), por exemplo, e objetivos (administração dos empreendimentos solidários) para que os trabalhadores possam realizar a gestão com eficiência.

Para explicar como a Economia Solidária é um ato pedagógico, Paul Singer (2005) destaca:

A Economia Solidária é um ato pedagógico em si mesmo, ma medida em que propõe nova prática social e um entendimento novo dessa prática. A única maneira de aprender a construir a Economia Solidária é praticando-a. Mas, seus valores fundamentais precedem sua prática... Por isso, a solidariedade é ensinada aos fracos e subalternos pela vida que levam e pelas empreitadas em que se engajam. Isso vale também para os pobres, que só conseguem sobreviver graças à prática consistente da ajuda mútua, modalidade essencial da solidariedade. É a vida que ensina aos mais fracos, os social e economicamente debilitados, o valor na verdade, a imprecidibilidade da solidariedade.(SINGER, P., 2005, p. 19)

⁶ Ver Capítulo I: Introdução.

3.8. A Economia Solidária e uma nova proposta educacional

BOFF (1980, p. 248-49) sugere que

"se a pobreza - pecado é gerada pela falta de amor e de solidariedade, então será o amor comprometido e a solidariedade a força de sua libertação."

Kruppa (2005) afirma que a insegurança individual quanto às condições de sobrevivência levam a população do campo e da cidade a enfrentarem o desemprego, organizando-se em empreendimentos solidários, de forma a lutarem por sua sobrevivência, mas dando início a uma outra forma de economia, na qual enunciam-se novos valores, em ações solidárias onde às vezes o planejamento é inexistente, mas se fortalecem e reforçam seu poder de luta contra a exploração a qual estão submetidos.

A crise do mundo do trabalho permite criar condições subjetivas e objetivas em torno da construção de uma alternativa de produção cooperativa e solidária, em meio à economia capitalista. Dessa forma, essas organizações coletivas devem ser o centro constitutivo de uma nova proposta educacional e não mais se constituírem apenas em temas geradores ou transversais. Dada a sua importância, o conhecimento escolar poderia construir outras formas de relação entre educação e trabalho, enunciando alternativas de desenvolvimento econômico e social, possibilitando que a economia solidária supere o capitalismo como sistema econômico e social.

Esse conhecimento escolar deve auxiliar o sujeito a recuperar a fala, com seu "ato de nomear". Essa recuperação da fala se deve porque o capitalismo não dá direito à voz, como também não dá direito aos trabalhadores de exporem suas idéias. Assim, o capitalismo apaga ou reduz as importantes condições humanas que é a fala e o ato de nomear.

Propor alternativas ao vivido requer que a fala defina o contorno e o limite do vivido. A realidade do que sou contém uma dimensão de possibilidade, um vir a ser que me nega e ao negar-me, permite-me conceber um outro vivido... (KRUPPA, 2005, p.26).

A Economia Solidária propõe que os trabalhadores façam a gestão do empreendimento com seus colegas de "chão de fábrica", porém administrar negócios exige conhecimentos que necessitam ser aprendidos. Os conhecimentos acerca da administração não foram incorporados por estes trabalhadores que foram excluídos dos processos decisórios e de gestão das empresas capitalistas. Pode-se dizer que tais conhecimentos, na maioria das experiências de autogestão em Economia Solidária pretende proporcionar reflexões para mudança de qualidade de vida e da forma com que o trabalhador relaciona-se com seu trabalho. Tais aspectos visam influenciar mudanças na organização da sociedade.

Portanto, a proposta educacional deve mudar a forma de transmitir e produzir o conhecimento e valorizar essa capacidade dos trabalhadores de aprender e ensinar. Pensar na proposta educacional com os elementos inerentes da Economia Solidária que é o diálogo, a solidariedade, autonomia é pensar na escola com uma pluralidade de saberes. É permitir que a escola reconstrua com os trabalhadores uma visão de totalidade. É permitir uma nova ética diante desses conhecimentos. É construir novas formas de produção e reprodução da vida que devem relacionar-se por novos valores.

O desenvolvimento dessa "nova escola" contribuirá para que a sociedade seja marcada por relações democráticas e possibilitará a construção de uma contra hegemonia com a participação de sujeitos políticos. A construção dessa "nova escola" deve contar com atores sociais organizados e uma intensa luta política para superar as contradições e o sistema hegemônico. A Economia solidária nessa relação com a escola deve possibilitar outras formas de organização escolar.

Três coisas são necessárias e urgentes para resposta a esse desafio: 1) perceber e falar denunciar o conflito entre as práticas educativas dominantes e a forma autogestionária trazida pelos trabalhadores da Economia Solidária; 2) pôr-se no conflito, enquanto educadores se pesquisadores; e 3) Nomear ao construir coletiva e processualmente com os trabalhadores várias outras práticas educativas que tragam para a escola um outro conteúdo e forma (KRUPPA, 2005, p. 27)

Todos esses desafios e questões apresentados levam à necessidade de construir um outro estado de consciência. Esse novo estado de consciência engloba atitudes de sabedoria, de maturidade, de respeito à diferença, de compaixão com o próximo, tudo isso para buscarmos caminhos diferentes dos já percorridos até hoje. Esse é o verdadeiro potencial contra-hegemônico da Economia Solidária. Propõe-se uma vida melhor, com igualdade e solidariedade onde todos podem conviver com suas diferenças sem gerar desigualdades.

3.9. As subjetividades da Economia Solidária e da Teologia da Libertação

O homem - subjetividade transcendental – optou por um sentido de ser e viver orientado pelo saber e o poder, sobretudo o que alcança sobre o mundo em termos de dominação, lucro e exploração. Toda revolução que não muda esse *ethos* cultural, subjacente a nossa história ocidental, será apenas uma variação do mesmo tema e nunca uma verdadeira libertação. (BOFF, L. 1980, p.38)

O verdadeiro significado da Teologia da Libertação é aquele que propõe uma Revolução espiritual. Essa revolução tem dimensões profundas na história do ser humano ajudando a elaborar um confronto do sonho de libertação, com a realidade da injustiça social. Esse confronto da injustiça, pobreza com o sonho de libertação, fez nascer a opressão e a libertação como proposta política, humanitária, espiritual para resgatar a liberdade, colocando no centro aqueles que são considerados os “sobrantes” do sistema capitalista.

A relação da Economia Solidária com a revolução Espiritual proporcionará a mudança na exploração sistemática dos recursos naturais que destroem a Terra e possibilitará emergir uma luta pela igualdade social e a criação de uma democracia ecológica e social.

Assim, uma das propostas da Economia Solidária que internalizará essa revolução Espiritual é que antes de tudo, seja uma força de humanidade. Em outras palavras, ocorrendo essa simbiose da Teologia da Libertação com a Economia Solidária teremos pessoas mais humanas, solidárias que a partir da espiritualidade, se sintam mais transportadas com o futuro da Terra, mais sensíveis com tudo àquilo que é verdadeiro e a consequência disso é que essa proposta solidária torne vivo e enriqueça o ser humano em todas as suas dimensões.

3.10. *O modo – de - ser – cuidado*

O que se opõe ao descuido e ao descaso é o cuidado. Cuidar é mais que um ato; é uma atitude. Portanto, abrange mais que um momento de atenção, de zelo e de desvelo. Representa uma atitude de ocupação, preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com o outro. (BOFF, L., p.33, 2004)

A trajetória das reflexões de Leonardo Boff (2004), demonstra que dentro da sociedade contemporânea é imprescindível entendermos a fenomenologia do cuidado. Por fenomenologia entende-se a maneira pela qual qualquer realidade, no caso o cuidado, se torna um fenômeno para a nossa consciência, se mostra em nossa experiência e torna-se referência na nossa prática. Trata-se de pensar e falar a partir do cuidado como é vivido e estruturado na vida das pessoas.

O cuidado possui essas duas significações básicas intimamente ligadas entre si: A primeira é a atitude de desvelo, de solicitude e de atenção para com o outro. A segunda, de preocupação e de inquietação, porque a pessoa que tem cuidado se sente envolvida e afetivamente ligada ao outro.

A idéia de cuidado é de um modo de ser, isto é a forma como a pessoa se estrutura e se realiza no mundo com os outros e que funda as relações que são estabelecidas com todas as coisas. Esse ser - no - mundo significa uma forma de existir e de co – existir e de estar presente.

Nessa co-existência e convivência, o ser humano vai construindo seu próprio ser, sua auto consciência e sua própria identidade.

O cuidado propõe uma relação com a natureza de sujeito – sujeito em que experimenta-se os seres de toda Terra como valores e como símbolos que emitem mensagens de grandeza e beleza. O ser humano nessa relação co-existe com todos os outros. A relação não é de domínio sobre, mas de convivência.

Esse modo de ser - no - mundo, na forma de cuidado, permite o ser humano viver a experiência fundamental do valor, daquilo que tem importância e definitivamente conta, não do valor utilitarista, só para o seu uso, mas do valor intrínseco às coisas.

A partir desse valor substantivo emerge a dimensão de respeito, reciprocidade e complementaridade.

3.11. A importância da Espiritualidade

Buscamos hoje ansiosamente uma espiritualidade simples e sólida, baseada na percepção do mistério do universo e do ser humano, na ética da responsabilidade, da solidariedade e da compaixão, fundada no cuidado, no valor intrínseco de cada coisa, no trabalho bem feito, na competência, na honestidade e na transparência das intenções (BOFF, L., 1980, p. 22)

Para Leonardo Boff (1980), hoje se nota uma volta incrível da espiritualidade devido ao enorme cansaço da cultura hegemônica; um cansaço de apenas valores materiais, de concorrência, de acumulação de capital. O ser humano é um projeto infinito, tendo o desejo aberto e seus desejos são manipulados pela mercantilização dos desejos em objetos materiais.

Dessa forma, a espiritualidade é um campo da criatividade onde a utopia emerge e onde o ser humano pode fazer experiências profundas, realizando o desejo de superar suas limitações. A espiritualidade é fundamentalmente uma dimensão do humano que internaliza e transforma a experiência de sentido, de busca e de problematização da vida em uma espiritualidade que procura dizer ao ser humano que, resgatando essa dimensão, ele se humaniza, torna-se mais sensível, mais respeitador da natureza, mais compassivo e muito mais solidário com todas as coisas do mundo.

A espiritualidade desenvolve formas do ser humano respeitar e venerar o universo e a complexidade da vida presente na Terra. Essa espiritualidade que produz paz e serenidade na vida das pessoas também ajuda a criar alternativas de um novo modelo civilizatório. Ela permite uma experiência que une, liga e entrega todas as dimensões do ser humano, possibilitando uma conscientização de que há um destino comum entre ele e a Terra.

3.12. A construção de um novo *ethos*

Germina por todas as partes uma crítica do sistema como sistema, pela má qualidade de vida humana que gera, pela violência que encerra ao recalcar dimensões vitais do homem e ao homogeneizar as manifestações da vida para mais facilmente dominá-las. Ressurge o valor da imaginação que sonha sonhos heterodoxos para o sistema, mais que podem ser fermento de um mundo novo; emerge a dimensão esperança do homem que não se deixa reduzir a factibilidade do futuro, mas significa a permanente e insaciável abertura humana para o advento do absolutamente novo e ainda – não – experimentado. É apenas um germe de libertação dentro de uma situação vastamente opressiva". (BOFF. L, 1980, p. 130).

Hoje a casa comum (Terra) é cada vez menos pensada com as divisões em nações ou pátrias. Emerge cada vez mais o pensamento de uma casa comum, de uma única sociedade mundial, de uma única história e uma mesma origem.

Essa forma de pensar ganha força devido aos problemas econômicos, políticos e sociais enfrentados pela humanidade na atualidade que favorecem o renascimento da "consciência planetária". Esse renascimento da "consciência planetária" é um sentimento de que o ser humano é co-responsável pelo seu destino comum e da Terra. Portanto, o ser humano e a Terra formam uma mesma essência, onde todos estão interligados e relacionando-se entre si.

Diante dessas mudanças é urgente e essencial, construir um novo *ethos*, que possibilite uma nova convivência entre os humanos com os demais seres da Terra.

Boff (2004) nos auxilia a compreender o que é *ethos* e como ele se desenvolverá:

Ethos: em grego significa a toca do animal ou a casa humana; conjunto de princípios que regem, transculturalmente, o comportamento humano no sentido de ser consciente, livre e responsável, o *ethos* constrói pessoal e socialmente o habitat humano. (2004, p. 195).

→ Esse *ethos* (modelação da casa humana) ganhará corpo em morais concretas (valores, atitudes e comportamentos práticos) consoante as várias tradições culturais e espirituais. Embora diversas, todas as propostas morais alimentarão o mesmo propósito: salvaguardar o planeta e assegurar as condições de desenvolvimento e de co-evolução do ser humano rumo as formas cada vez mais coletivas, mais interiorizadas e espiritualizadas de realização da essência humana. (2004, p. 27)

O novo *ethos* civilizacional deve emergir de uma profunda reflexão do ser humano, deverá nascer de um novo sentido ético e moral, desenvolvendo uma nova razão, emocional e espiritual que mudará a tecnologia e a ciência. Portanto, é vital para construção desse novo *ethos* a universalização de dois pólos da ética que irão dar sustentabilidade a esse novo sentido ético: o primeiro é a ética do cuidado. O cuidado é a essência do ser humano que,

antes de fazer qualquer ato, qualquer pensamento ou qualquer iniciativa é preciso se envolver de cuidado para que a tarefa seja bem feita e para que não se fruste com sua realização. O cuidado é o imperativo que todos devem assumir como, por exemplo, o cuidado com a Terra, com a sua saúde, com o seu país, com o povo, cuidado com o todo. Essa é à base do consenso mínimo que todos podem participar e entender. O segundo pólo da ética é uma ética da responsabilidade e da co-responsabilidade. A responsabilidade hoje é global porque o planeta é nossa casa comum e não temos outro para morar. Deve-se cuidar para que o planeta não seja tão afetado e que seja reversível na maioria dos seus problemas, mas para isso acontecer, é preciso que a humanidade faça acertos mundiais e estejam cientes dessa urgência para que resgate a "consciência planetária", com um outro tipo de humanidade e um novo *ethos*.

A Economia Solidária está construindo esse novo *ethos*, "um outro modo de ser" onde a humanização da sociedade passa pela reconstituição dos espaços comunitários.

Marcos Arruda (2005) nos chama atenção para o fato de que a Economia Solidária resulta do fracasso do sistema do capital em realizar os anseios mais profundos do ser humano, onde coexistem diversas formas de propriedade e de gestão, mas todas elas são vinculadas a não exploração do trabalho humano, a garantia de acesso por todos aos bens públicos que pertencem ao domínio coletivo e as relações harmônicas com o meio ambiente.

A Economia Solidária reconstrói as relações sociais de consumo, produção e trocas a partir da noção de economia como gestão, ou um "cuidar do bem – estar dos outros". Ela promove o "consumo ético", "crítico" e "solidário".

Cada habitante busca o atendimento das suas necessidades na partilha dos bens, e não na apropriação privada à exclusão dos outros. Consciente de que todo consumo envolve a geração de resíduos, cada habitante estará comprometido com os três princípios de uma gestão responsável do ambiente: gastar o mínimo reutilizar tudo o que é possível, reciclar o que não pode ser reutilizado.

Dessa forma, elimina-se o desperdício, seja de recursos e energias, buscando formas de manter a harmonia da existência da comunidade humana em relação aos seus ecossistemas.

A Economia Solidária promove a “produção Autogestionária dos bens e dos serviços”. Cada pessoa que trabalha nessa produção tem o direito de participar da posse e da gestão do empreendimento produtivo, e o que lhe dá esse direito não é a quantidade de cotas que possui, mas o fato de contribuir com seu trabalho para o produto coletivo. A produção é planejada de acordo com as necessidades da comunidade e com o conjunto de empreendimentos que atuam na produção de bens e serviços dessa comunidade. As referências não são os preços nem os lucros a obter, mas o bem – viver a gerar para os consumidores, ao lado da maior garantia de um trabalho estável e satisfatório para os que produzem.

Todas as potencialidades da Economia Solidária constituem uma resistência à lógica destrutiva que preside a sociabilidade contemporânea, assentando as possibilidades para construir o novo *ethos*.

Nas atividades de sobrevivência dos mais pobres, abre-se espaço para a solidariedade, a partir do momento em que são práticas que provêem a existência material não regidas pelos imperativos da eficiência mercantil, mas pela esfera dos valores, que permitem recuperar o sentido substantivo da reprodução material da sociedade, reintegrando a atividade econômica ao conjunto da vida social, possibilitando uma nova sociabilidade (LISBOA, 2000).

Ao analisarmos a condição de uma nova sociabilidade, conforme citado, a Teologia da Libertação norteará a práxis libertadora. Essa práxis vai procurar mediações teóricas que melhor desvendem os mecanismos geradores da opressão do trabalho mercantil, devendo produzir mediações sociais e políticas que tornem eficiente o processo de libertação. Mas para que isso ocorra, é necessário que os seus conceitos não sejam manipulados e nem sirvam para justificar o *status quo*.

É necessária uma vigilância constante na maneira como se fala e escreve a teologia, a fim de que não se torne justificadora daquilo que denuncia.

Todas essas advertências são necessárias para que a Teologia da Libertação possa insistir firmemente no aspecto histórico da libertação, perspectiva que deseja não apenas libertar a história mas também possibilitar a libertação da pessoa e de sua capacidade de elaborar a verdade.

As transformações da realidade exigem sensibilidade para a viabilidade histórica, atenção às condições objetivas e criação de mediações operativas para a concretização do projeto libertador.

É urgente para a Teologia da Libertação desentranhar sua dimensão libertadora, tematizá-la e revertê-la numa práxis conseqüente e corajosa, inteligente e adequada ao desafio do momento histórico.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Singer e Souza (2000) a Economia Solidária surge para superar o modo capitalista de produção, propondo a união entre a posse e o uso dos meios de produção/distribuição como um princípio da socialização destes meios. Na Economia Solidária os agentes possuem os meios de produção e de distribuição dos produtos sendo eles mesmos quem comercializam estes produtos.

A lógica da Economia Solidária condena a ditadura do capital porque desumaniza o trabalhador. Um resultado mostrado pela Economia Solidária é de pessoas excluídas do modelo capitalista de trabalho que, ao se integrarem nos empreendimentos solidários resgatam sua cidadania. O empreendimento solidário passa a ser um modelo de organização democrática e igualitária em contraste com modelos hierárquicos e autoritários das empresas capitalistas.

É nesse sentido, que a Economia Solidária possibilita que o trabalhador volte adquirir capacidade para tomada de decisões, desenvolvendo conhecimentos de como fazer as coisas que recupere o controle e a propriedade sobre o trabalho. (RAZETO, 1997-98)

A Economia Solidária surge com as iniciativas de bases comunitárias vinculada aos setores populares que, é uma alternativa ao sistema econômico vigente pelo qual os setores excluídos tem autonomia e controle sobre o trabalho mercantil que exercem, baseando-se em relações de solidariedade.

A Teologia da Libertação incentiva o resgate das tradições espirituais, das culturas oprimidas, dos pobres, a participação dos sujeitos na busca da igualdade, o respeito à diferença, o desenvolvimento dos potenciais especificamente humanos, apontando para o seu projeto que é: libertar as pessoas e as coletividades humanas em relação a todo tipo de opressão e alienação.

Ela denuncia a iniquidade, a injustiça, os desvios que objetivam e alienam o ser humano.

Qual a relação da Economia Solidária e a Teologia da Libertação ?

Na perspectiva de ambas, exclui-se a produção e o consumo ilimitado de bens materiais. Para que isso ocorra, é necessário aprender a viver de forma sustentável, que é satisfazer de forma suficiente as necessidades humanas e harmonizar a atividade econômica com a preservação da Terra.

Então, torna-se imprescindível emergir a convivialidade, que é a capacidade de fazer conviver as dimensões de produção e de cuidado (a forma como a pessoa se estrutura e se realiza no mundo com os outros e que funda as relações que são estabelecidas com todas as coisas). Partindo desse modo de ser cuidado, desenvolve-se a dimensão respeito, reciprocidade, complementaridade e o desvelo com tudo o que produzimos.

O desafio tanto da Teologia da Libertação como da Economia Solidária é a libertação que pressupõe a conscientização dos oprimidos, a sua organização e elaboração de um projeto de uma sociedade mais participativa, democrática e justa.

A Teologia da Libertação viabiliza no espaço da Economia Solidária que a práxis libertadora (ela tem a função de procurar mediações teóricas que melhor desvendem os mecanismos geradores da opressão, devendo produzir mediações sociais e políticas que tornem eficiente o processo de libertação) vá aos poucos se construindo, com um potencial de expansão e enraizamento capaz de superar o capitalismo.

Na Economia Solidária, a educação é a aprendizagem da práxis libertadora da Teologia da Libertação.

Por outro lado, essa educação objetiva conquistar a emancipação, compreender criticamente a realidade, desenvolver uma visão prospectiva, o potencial de gestão e de tomada de decisões. Também visa converter esses conhecimentos em ações para transformar a realidade e construir um novo *ethos*. Esse que é o sentido da práxis, esta contínua conversão do conhecimento em ação transformadora.

A guisa de conclusão destacamos que um crucial aspecto dessa relação da Teologia da Libertação e a Economia Solidária é a reeducação coletiva que possibilita o estabelecimento de laços sustentáveis de cooperação e solidariedade superando a cultura competitiva e agressiva dominante.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BOFF, Leonardo. **Teologia do cativo e da libertação**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1980.
2. BOFF, Leonardo. **Direitos humanos, direitos dos pobres**. 3ªed. Rio de Janeiro: Coleção Teologia e libertação, 1991.
3. BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
4. BOFF, Leonardo. **O despertar da águia: o dia - bólico e o sim - bólico na construção da realidade**. 8ªed., Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
5. BOFF, Leonardo, ARRUDA, Marcos. **Globalização: desafios socioeconômicos éticos e educativos: Uma visão a partir do Sul**. 3ªed., Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
6. BOFF, Leonardo. **Ethos mundial: um consenso mínimo entre os humanos**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.
7. BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar: ética do humano - compaixão pela Terra**. 10ªed., Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
8. BOFF, Leonardo. **Virtudes para um outro mundo possível Hospitalidade: Direito e Dever de todos**. 1ªed., Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005
9. CATANI, Afrânio Mendes. **O que é capitalismo?** Ed. Brasiliense S.A., 1980.
10. DE MASI, Domenico. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
11. DE MASI, Domenico. **Criatividade e grupos criativos**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.
12. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 21ª ed., São Paulo: Paz e Terra S / A. Coleção Leitura, 1996.
13. KRUPPA, Sônia M. Portella. **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: INEP, 2005.
14. LISBOA, Armando de Melo. **Os desafios da economia popular solidária**. *Revista Perspectiva Econômica*. 2000. Vol. 35, no. 111, p. 47-62.
15. MARTINS, José de S. **Exclusão Social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.
16. MARX, Karl. **O capital**. 7ªed., Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
17. MESZÁROS, Istvan. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Campinas, São Paulo: Unicamp. Coleção: Mundo do Trabalho, 2002.
18. POCHMANN, Marcio. **Decadência e enriquecimento**. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 02 de nov. 2005.

19. RAZETO, L. M. **Aliança por um mundo responsável e solidário.** *Revista proposta*, no. 75. 1997- 98.
20. SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 2ªed., Rio de Janeiro: Record, 2000.
21. SINGER, Paul. SOUZA, A. R. **A Economia Solidária no Brasil: Autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000.
22. SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas.** 4ªed., São Paulo: Contexto, 2000.
23. SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária.** 1ª ed., São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
24. SOUZA, Marcelo. **Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual.** São Paulo: Ática, 1996.

6. ANEXOS



UNIRIO

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

ESCOLA DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA

DISCIPLINA : MONOGRAFIA II

ALUNO(A): RAFAEL DE LIMA BILIOTÍTULO DO TRABALHO MONOGRÁFICO : APRECIACÕES ENTRE A TEOLOGIA DALIBERTADÃO E DO CATIVEIRO E ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIAORIENTADOR : ANTÔNIA BARBOSA PINCANO

FICHA DE AVALIAÇÃO FINAL

Primeiro avaliador :

Professor convidado: ANGELA M^a S. MARTINSNota : 9,0 (NOVE)

Considerações:

Rafael apresenta uma monografia com
uma ótima sistematização de ideias e uma
temática nova para a reflexão educacional e
economia popular solidária, que junto com a

Teologia da Biblioteca apresenta novas perspectivas para os reflexos produtivos contemporâneos, hereditários, que a educação se parte de valores como: solidariedade, igualdade e justiça podem transformar as relações de produção.

Devido que o trabalho poderia aprofundar mais os reflexos sobre o papel da educação nesse processo. Obrigada ao aluno nota 9,0 (muito).

Out

Segundo avaliador :

Professor orientador : ANTONIA BARBOSA e ENRIQUE

Nota: 9,0

Considerações:

O aluno Rafael Bilis demonstrou empenho ao tema escolhido sendo possível perceber o compromisso com as propostas técnicas pesquisadas.

Entretanto foi traído pelo tempo, no período de composição de seu trabalho, e com esforço superou as limitantes situações que se encarregavam nos momentos de pesquisa: JB.

Terceiro avaliador :

Professor da disciplina Monografia II: Ligia Moura Coelho

Nota : 10,0

Considerações:

Contém os principais elementos de uma monografia.

RESULTADO FINAL

Avaliador 1	Avaliador 2	Avaliador 3	Pontos	Nota final
9,0	9,0	10,0	28,0	9,3

Rio de Janeiro, 27/01/2006

(NOME DO/A ALUNO/A)

(TÍTULO DA MONOGRAFIA)

Monografia de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Licenciado em Pedagogia.

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. (Nome do professor) – Orientador

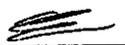
Prof. (Nome do professor/a)

Prof. (Nome do professor/a)

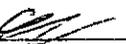
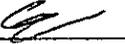
Rio de Janeiro
2005

QUADRO RESUMO - ORIENTAÇÕES

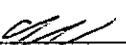
Mês Agosto 2005

Dia	15/8	22/8	30/8	
Observações	17:00	17:00	17:00	
Professor				
Aluno				

Mês Setembro 2005

Dia	05/09	12/9	19/9	26/9
Observações	17:00	17:00	17:00	17:00
Professor				
Aluno				

Mês Outubro 2005

Dia	03/10	10/10	17/10	24/10
Observações	17:00	17:00	17:00	17:00
Professor				
Aluno				

Mês Novembro 2005

Dia	3/11	7/11	14/11	21/11
Observações	17:00	17:00	17:00	17:00
Professor				
Aluno	